

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Julio Cesar Bellingieri¹

RESUMO

No Brasil, a partir da década de 1990, e mais intensamente nos anos 2000, a relativa estabilidade macroeconômica, aliada à emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do *local*) impulsionaram o ressurgimento da temática do desenvolvimento regional/local, com a proliferação de programas de Pós-graduação em desenvolvimento e a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à sua promoção. Este artigo, de caráter descritivo, objetiva construir uma revisão bibliográfica das principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento, centrando-se nas que tratam o desenvolvimento em sua escala regional e local, bem como discutir as principais limitações destas teorias. São apresentadas as Teorias Clássicas da Localização, as Teorias do Desenvolvimento Regional (Base de Exportação, Causação Circular Cumulativa, Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, Polos de Crescimento) e as principais abordagens de Desenvolvimento Local, vinculadas ao paradigma do desenvolvimento endógeno (Nova Teoria do Crescimento, Distrito Industrial, *Milieu Innovateur*, *Cluster*, Capital Social, Cidade Criativa). Dadas as limitações das teorias do desenvolvimento, conclui-se pela impossibilidade de uma teoria geral, que dê conta de explicar exatamente *por que* ele surge.

Palavras-chave: Economia Regional; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Endógeno.

THEORIES OF LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT

In Brazil, from the 1990s onward and most intensely in the 2000s, the relative macroeconomic stability coupled with the emergence of the endogenous development paradigm (related to the valorization of the *local*) drove the resurgence of the local/regional development theme, which comes with the rapid increase of graduate programs in development and with the dissemination of government policies and strategies that focus on the promotion of this theme. This article is a descriptive study that aims to present a bibliographic review of the main theoretical approaches on development, with particular emphasis on the ones that deal with development in its local and regional scale, and we also discuss here the main limitations of these theories. We present the Classical Location Theories, the Regional Development Theories (Export Base, Circular and Cumulative Causation, Unbalanced Growth, Growth Poles), and the main approaches on Local Development, which are connected to the paradigm of endogenous development (New Growth Theory, Industrial District, *Milieu Innovateur*, *Cluster*, Social Capital, Creative City). In light of the limitations of the development theories, one may conclude that a general theory is impossible for the explanation of the reasons why it emerges.

Keywords: Regional Economics; Regional Development; Local Development; Endogenous Development.

JEL: R58; R11; R28; R38.

¹ Mestre em Economia e Doutor em Geografia – UNESP. E-mail: julio@asbyte.com.br



1 INTRODUÇÃO

Existe vasta literatura que discute o fenômeno do desenvolvimento – o que é, como e por que ocorre, e como (e se) pode ser medido – a partir de inúmeras abordagens, teorias e modelos, em diversas áreas do conhecimento – Economia, Geografia, Sociologia, História, etc. – e nas diversas escalas territoriais – continental, nacional, regional ou local –, como, por exemplo, nas discussões sobre as origens do predomínio econômico do Ocidente sobre o resto do mundo (MCNEILL, 1963; NORTH; THOMAS, 1973), sobre o atraso econômico da América Latina (PREBISCH, 2000), sobre a ascensão e queda das grandes potências (KENNEDY, 1994), a respeito da riqueza e da pobreza dos países (LANDES, 1998) e sobre o desempenho de regiões (BENKO; LIPIETZ, 1994) e cidades (FLORIDA, 2003).

Conforme disse Furtado (1980, p. 26), “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais”. Ao mesmo tempo, conforme defende Brandão (2010, p. 9), nenhum campo disciplinar, isoladamente, dará conta minimamente da riqueza de determinações do complexo processo do desenvolvimento, sendo que “a busca de uma teoria geral e com algum nível de abstração será ou inútil ou impossível”.

Sunkel (2001) aponta que, na América Latina, a temática do desenvolvimento, desaparecida a partir da década de 1970, em função do declínio do sistema financeiro internacional, das recessões com inflação e das crises do petróleo e da dívida externa, voltou ao centro das atenções a partir da década de 1990, em razão de alguns países terem obtido conquistas macroeconômicas importantes, embora insuficientes e frágeis.

O Brasil enquadra-se neste processo: a busca do desenvolvimento, associada à industrialização, que dominou o pensamento e a política econômica nacional entre as décadas de 1950 e 1970, desapareceu da agenda pública nos anos de 1980 e início de 1990, pela prioridade a problemas macroeconômicos (principalmente a inflação); mas a relativa estabilização monetária obtida em meados da década de 1990 abriu caminho para a discussão de questões mais estruturais da economia,

tais como a distribuição de renda e o desenvolvimento, e este voltou a ocupar lugar de destaque.

A partir do final da década de 1990 e mais intensamente nos anos 2000, a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno (relacionado à valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo das cidades e ao desenvolvimento *de baixo para cima*, em contraposição ao *de cima para baixo*) reconduziu o desenvolvimento regional/local como tema relevante, contribuindo para a proliferação e a interiorização de Programas de Pós-Graduação em desenvolvimento² (com numerosas pesquisas), bem como a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento, nas escalas regional e municipal.

Este artigo tem os objetivos de construir uma revisão bibliográfica das principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento, centrando-se nas que tratam o desenvolvimento em sua escala regional e local, e discutir as principais limitações destas teorias.

Cabe destacar que *desenvolvimento local* não é sinônimo de *desenvolvimento municipal*. O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades.

O artigo é descritivo, efetuado por meio de pesquisa bibliográfica de teses e artigos, nacionais e internacionais, que tratam de teorias de desenvolvimento, sob enfoque regional, numa abordagem qualitativa.

O artigo divide-se em cinco seções, incluindo esta Introdução. A seção 2 trata brevemente o que é o desenvolvimento, descrevendo como seu conceito variou ao

² Em setembro de 2016, existiam em funcionamento no Brasil 108 Programas de Pós-Graduação cujos títulos contêm a palavra *desenvolvimento* (excetuando-se os referentes a *desenvolvimento de tecnologia*, *desenvolvimento de medicamentos* e *psicologia do desenvolvimento*), reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Destes, 69 (64% do total) foram criados nos últimos 10 anos (a partir de 2007), e 40 (37% do total), criados nos últimos 5 anos (a partir de 2012). Dos 39 Programas existentes até 2006, 15 (38%) estavam localizados fora das capitais, enquanto, dos 69 Programas criados a partir de 2007, 45 deles (65%) já não estavam em capitais, mas em municípios do interior do País, entre eles Juazeiro do Norte (CE), Cruz das Almas (BA), Divinópolis, Passos (MG), Franca, Tupã (SP), Francisco Beltrão (PR), Santa Maria, Taquara (RS), etc. (BRASIL, 2016).

longo do tempo. As seções 3 e 4 descrevem, respectivamente, as teorias do desenvolvimento regional e do desenvolvimento local. Finalmente, na seção 5, as Considerações Finais, discutem-se as limitações destas teorias.

2 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O que é o desenvolvimento? Conceito, ideia, paradigma, visão, ilusão, utopia, mito, ideologia? Sinônimo de progresso, prosperidade, crescimento, industrialização, modernização, avanço tecnológico? Segundo Sachs (2008b, p. 25), “sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio”, e, “como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

Alguns autores, como Escobar (2007) e Esteva (2000), consideram o discurso de posse do presidente dos EUA, Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, a inauguração do desenvolvimento enquanto conceito ideológico, quando ele se referiu a *áreas subdesenvolvidas*. A partir daí, fundou-se a divisão do mundo entre países *desenvolvidos* e *subdesenvolvidos*, e preconizou-se a “necessidade” de os países subdesenvolvidos almejem o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, para o que deveriam adotar políticas voltadas ao crescimento econômico e à industrialização. Assim, o desenvolvimento passou a ser determinado pela industrialização, e era sinônimo de crescimento econômico, medido por um indicador de atividade econômica, o PIB per capita (LATOUCHE, 2000).

Mas, já a partir da década de 1960, houve uma guinada nos estudos sobre desenvolvimento, de uma abordagem centrada exclusivamente no *padrão de vida*, associado ao nível de consumo, para uma abordagem que enfatizava os *indicadores sociais*, levando também em conta o bem-estar da população (VITTE et al., 2002). Assim, nas décadas de 1960 e 1970, já se pode considerar a existência de um conceito de *desenvolvimento social* (ou *socioeconômico*), com ênfase na questão da pobreza.

Mas foi a emergência da problemática ambiental, no final dos anos 60 e início dos 70, a responsável pela primeira grande mutação do conceito de desenvolvimento. Sachs (2000) explica que, depois do entusiasmo pelo crescimento econômico das décadas de 40 e 50 e da descoberta das necessidades básicas nos

anos 60, a sobrevivência do planeta, a partir dos anos 70, tornou-se o novo frenesi do desenvolvimento.

Assim, em 1973, surgiu o conceito de ecodesenvolvimento. Mas, como ele pressupunha a estagnação voluntária do crescimento econômico como forma de atenuar as agressões contra o ambiente, não teve boa aceitação, abrindo caminho para o surgimento e a consolidação, a partir de 1987, do paradigma do desenvolvimento sustentável, que recomendava o crescimento econômico como forma de se reduzir a pobreza e, por consequência, os problemas ambientais (SACHS, 2000).

Em fins da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, dedicava-se à criação de um indicador sintético que representasse, por si só, o desenvolvimento. Em 1990, foi lançado o Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD que, inspirado nas contribuições teóricas de Sen (2000), defendia que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1990).

Nesse relatório, é lançado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – calculado a partir de três indicadores, relacionados à renda, saúde e educação –, que se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano.

Já a partir dos anos 2000, inspirados em estudos que revelaram discrepâncias entre a riqueza e a percepção de bem-estar da população, alguns autores, como Veenhoven (2000), têm defendido que indicadores objetivos não seriam suficientes para tratar de questões como qualidade de vida e satisfação de uma população. Propõem, assim, o uso de indicadores subjetivos (obtidos por meio das próprias declarações/percepções dos indivíduos) para se medir bem-estar e, por consequência, desenvolvimento, inaugurando, assim, o paradigma do desenvolvimento subjetivo.

É importante ressaltar que o surgimento de novos conceitos de desenvolvimento não significa que os anteriores foram abandonados e substituídos.

Pelo contrário, existe uma superposição deles, de modo a coexistirem atualmente vários paradigmas de desenvolvimento, com maior ou menor grau de prestígio acadêmico, político e popular.

3 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento é um tema central da ciência econômica, já presente no pensamento dos economistas clássicos, embora representado pelas ideias de riqueza, produção, crescimento e progresso. Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte da riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes (HUNT, 1981).

Marshall (1882), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos *clusters*. Schumpeter (1882), no começo do século XX, também descreveu o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico, a inovação, capitaneada pelo empresário empreendedor.

Até meados do século XX, predominava o modelo de crescimento econômico clássico, pelo qual o crescimento se origina da acumulação de capital. Neste modelo, a explicação para o desenvolvimento regional/local confundia-se com a do desenvolvimento nacional. Os problemas regionais seriam tão somente manifestações espaciais de um desajustamento dos fatores de produção. Assim, a garantia de livre movimentação dos fatores produtivos entre as regiões asseguraria o desenvolvimento (BASTOS, 2005).

Ainda segundo Bastos (2005), foi a partir dos anos 1950 que surgiu uma preocupação específica com os problemas regionais, cuja análise se desenvolveu sob dois eixos: o das Teorias Clássicas da Localização e o das Teorias do Desenvolvimento Regional.

As Teorias Clássicas da Localização seguem a tradição da Teoria da Produção da análise microeconômica, tendo Walter Isard como seu principal autor, fundador da denominada Ciência Regional, que retomou as contribuições de J. von Thünen, Alfred Weber, Walter Christaller e Auguste Losch.

O economista alemão Johann Heinrich von Thünen é considerado o fundador da teoria econômica da localização. Seu modelo, construído em 1826, supõe a existência de uma cidade isolada, abastecida por fazendeiros que a circundam, e afirma que, por causa dos custos de transporte até à cidade, a concorrência entre os fazendeiros “levaria a um gradiente de aluguéis de terra que declinaria de um máximo na cidade a zero, no limite mais afastado de cultivo” (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002, p. 32).

Na primeira metade do século XX, geógrafos alemães, entre os quais Weber, Christaller e Losch, também desenvolveram teorias da localização, que levavam em conta a disposição geográfica do mercado e os custos de transporte (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002).

Já as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma *de cima para baixo*, ou *centro-abaixo*, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento. Seus quatro principais modelos são descritos a seguir:

a) A Teoria da Base de Exportação afirma que os níveis de produção e de emprego de uma região dependem de suas atividades exportadoras, as quais dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região, variáveis que o modelo considera exógenas, isto é, que a região não pode influenciar (POLÈSE, 1998).

A economia urbana divide-se em dois setores básicos: endógeno e exógeno. O nível de renda total (ou emprego) numa área urbana é a soma da renda (ou emprego) gerada nestes dois setores. A renda gerada no setor exógeno depende de eventos sobre os quais a comunidade urbana não tem controle, entre eles o valor das exportações da área para o resto do mundo e o volume de gastos do governo não local na área. Uma vez que os residentes ganham essa renda, será gerada uma

demanda local, dentro da comunidade. A geração de renda (e emprego), que resulta da satisfação desta demanda local, representa o setor endógeno da economia. Assim, uma vez que o nível da atividade do setor endógeno depende do nível de demanda gerada pelo setor exógeno, conclui-se que as variações no nível total da atividade econômica devem ser iniciadas pelo setor exógeno da economia urbana (LANE, 1977).

O modelo da base de exportação centra-se, portanto, em dois elementos fundamentais: o dinheiro que entra na região graças às atividades básicas de exportação e os efeitos de propagação, devido ao impacto multiplicador desse dinheiro na região; em outras palavras, existem as indústrias de base, que permitem à região “ganhar a vida”, e as atividades de suporte, que derivam da presença das atividades de base. Assim, uma região vive da procura externa e a ela deve adaptar-se para sobreviver (POLÈSE, 1998). Por exemplo, North (1977), um dos principais formuladores dessa teoria, demonstrou que todo o desenvolvimento do Pacífico Noroeste dos EUA dependeu, desde o início, de sua capacidade de produzir artigos exportáveis (trigo, farinha e madeira);

b) O modelo de Causação Circular Cumulativa, que tem em Gunnar Myrdal seu principal autor, recorre à ideia de ciclo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo (ou positivo) é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos). Por exemplo, a instalação de uma nova indústria em determinada região causará aumento da renda e da demanda local que, por sua vez, provocará aumento da renda e da demanda nas demais atividades, configurando-se um processo de causação circular cumulativa (LIMA; SIMÕES, 2010).

O [...] poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma (MYRDAL, 1972, p. 52).

Assim, são os fatores exógenos que movem o sistema continuamente, o que justifica a intervenção pública, que poderia contrabalançar ou neutralizar a lei de funcionamento do sistema de causação circular, minimizando as disparidades entre as regiões (LIMA; SIMÕES, 2010);

c) O modelo de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, de Albert Hirschman, analisa como o desenvolvimento econômico pode ser transmitido de uma região (ou país) para outra.

Segundo a teoria, o desenvolvimento dá-se pela capacidade de investir (*the ability to invest*), que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local. Quanto mais baixo o nível de desenvolvimento do país, menor será esta capacidade. Dessa forma, as decisões de investimento tornam-se a principal questão da teoria sobre o desenvolvimento e o principal objeto de política econômica (LIMA; SIMÕES, 2010);

d) Segundo o modelo dos Polos de Crescimento, baseado em François Perroux e Jacques R. Boudeville, um polo surge a partir do aparecimento de uma indústria motriz (uma unidade econômica ou um conjunto formado por várias dessas unidades), que se desenvolve mais cedo do que as outras, cuja taxa de crescimento é mais elevada do que a taxa média de crescimento da economia como um todo (LIMA; SIMÕES, 2010).

Esta indústria motriz funciona como agente de dinamização da vida regional, atraindo outras indústrias, criando aglomeração populacional e estimulando a criação de atividades primárias, fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e terciárias, proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno (SILVA, 2004).³

4 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Bastos (2005) descreve as transformações ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, que culminaram na emergência do desenvolvimento endógeno, um novo paradigma de desenvolvimento. Segundo a autora, nesse período, ocorreu uma grande reestruturação econômica, social e política, marcada pela passagem do modelo da grande empresa industrial fordista, baseada nas economias de escala, para um modelo de acumulação flexível, baseado na eletrônica e na informática, e caracterizado pela redução do tamanho das plantas industriais e pela

³ Jesus e Spinola (2015) resumiram algumas das principais críticas à teoria dos Polos de Crescimento, feitas por diversos autores, entre as quais: a) a imprecisão na definição do que seja um polo de crescimento; b) o questionamento se um polo de crescimento é uma entidade “natural” (derivada de uma economia de mercado) ou se foi fomentado por medidas de política econômica; c) o equívoco de se considerar que um polo de crescimento geraria automaticamente o desenvolvimento regional.

desverticalização e terceirização da produção, com o conseqüente aumento da proximidade entre as empresas, formando redes entre produtores e fornecedores.

Ainda de acordo com a autora, no regime de acumulação fordista, a ideia de desenvolvimento regional ou local não era prioritária, pois o desenvolvimento era pensado em termos nacionais, sendo conduzido pelos governos centrais. As políticas de desenvolvimento caracterizavam-se pela industrialização pesada, centralizada nas grandes empresas, localizadas prioritariamente nas metrópoles nacionais. As grandes empresas não eram pensadas no plano do local, mas, sim, no marco da economia nacional. O local, visto como depositário de recursos e atividades, somente importava enquanto suporte do desenvolvimento da economia nacional.

Já a partir do modelo da acumulação flexível, a ideia de desenvolvimento local começou a tornar-se prioritária, e os governos centrais transferiram a tarefa das políticas de desenvolvimento regional e local para as instâncias inferiores (estados e municípios). Assim, se no fordismo a escala espacial dominante era a nacional (mercado nacional), na acumulação flexível há certa polarização entre duas escalas que se articulam, a escala global (mercado mundial) e a escala local (BASTOS, 2005).

Por isso, a partir da década de 1980, surgiu o paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo o qual o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global. Este paradigma contrapõe-se ao modelo de desenvolvimento em estágios, de Rostow (1978), rejeitando a necessidade de uma imitação mecânica das sociedades industriais e valorizando as especificidades de cada território (FERNANDES, 2010).

E, ao contrário dos modelos neoclássicos de crescimento (que incorporam o progresso técnico como o motor do crescimento, mas consideram-no exógeno, determinado fora do modelo, independentemente da intervenção dos agentes econômicos), esta endogeneização das teorias do desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001), ao fazer com que o progresso técnico passe a ser considerado como

endógeno, abre possibilidades para os territórios regionais e locais adotarem políticas ativas de desenvolvimento.

Benko (2001) afirma que a crescente internacionalização da atividade econômica e a redefinição das funções clássicas do Estado modificam as escalas territoriais, fortalecendo os níveis de ação locais e regionais, elegendo as regiões e lugares como fontes de vantagens concorrenciais e os atores locais como determinantes da competitividade das atividades econômicas. Esta nova paisagem econômica forma um “mosaico de regiões”.

Vásquez Barquero (2001, p. 38) segue na mesma direção, ao dizer que, num contexto de globalização, caracterizado por transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas e institucionais, e em que o Estado cede seu papel de protagonista e sua liderança às empresas inovadoras, surge a ideia do desenvolvimento endógeno, segundo a qual “o sistema produtivo dos países se expande e se transforma pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território (nas regiões e cidades), mediante os investimentos realizados por empresas e agentes públicos e sob o crescente controle da comunidade local”.

Vale (2007) enfoca o protagonismo das cidades, que se afirmaram como o *locus* da globalização. Segundo o autor, dada a tendência da redução da função do Estado-nação, elas passaram a ter papel renovado nas estruturas territoriais de poder, funcionando como motores da economia.

Castells e Borja (1996, p. 152) ilustram esse argumento com exemplos de cidades pelo mundo que emergiram como atores políticos e econômicos (promovendo transformações urbanísticas, atraindo investimentos, promovendo o turismo e grandes eventos, etc.), passando a adquirir, cada vez mais, um forte protagonismo e assumindo “definitivamente centralidade na criação e na dinamização de bens simbólicos e no bem-estar de sua população”.

As políticas de planejamento territorial, ao encargo do poder central até os anos oitenta, foram delegadas às coletividades locais territoriais. O “desenvolvimento local” substitui a partir de então o desenvolvimento “de cima”. *Não há territórios em crise, há somente territórios sem projeto*”, declarou em 1997 o ministro francês do *Aménagement du Territoire*. Esta abordagem tornou-se incontornável tanto em economia quanto em política. A consideração de fatores locais nas dinâmicas econômicas aparece hoje como uma evidência e uma imperiosa necessidade (BENKO; PECQUEU, 2001, p. 37).

Assim, pode-se dizer que o *local* (a cidade, a região), a partir da década de 1980, vai emergindo como o novo protagonista do desenvolvimento, o que levou Pires, Müller e Verdi (2006) a afirmarem que o desenvolvimento territorial local se constitui no paradigma mais recente do desenvolvimento.

Para os modelos de desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento territorial:

É um processo de mudança social de caráter endógeno [...] e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região. Nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais, no qual o território é o ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações, as instituições e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criados; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território; quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Desta forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES; MÜLLER; VERDI, 2006, p. 448).

Assim, em oposição aos modelos oriundos das teorias do Desenvolvimento Regional, exógenos, de *cima para baixo*, o desenvolvimento endógeno supõe o território como fator estratégico de desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, enraizadas nas condições locais, de *baixo para cima*. O desenvolvimento poderia ser alcançado não pela capacidade do território em atrair atividades econômicas dinâmicas, mas, sim, por gerar internamente estas atividades; os atores locais ampliam sua base de decisões autônomas, podendo até criar ou antecipar um *acidente histórico* positivo, ou seja, tendo em suas mãos os destinos da economia local ou regional (AMARAL FILHO, 2001).

Por isso, “o território é um agente de transformação e não mero suporte dos recursos e das atividades econômicas, uma vez que há interação entre as empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001, p. 39). O território deixa de ser meramente o palco onde se desenrolam as atividades econômicas, para ser o protagonista da geração do desenvolvimento.

O paradigma do desenvolvimento endógeno desdobra-se em várias abordagens, as principais delas descritas a seguir:

a) De acordo com a Nova Teoria do Crescimento, formulada por Paul Krugman, principal autor da Nova Geografia Econômica⁴, uma concentração geográfica surge da interação entre os rendimentos crescentes, os custos de transporte e a demanda (KRUGMAN, 1992), e está fortemente relacionada à história, ou, mais especificamente, a *acidentes históricos*, ideia semelhante ao *fato histórico fortuito* de Myrdal.

Se as economias de escala são suficientemente grandes, cada fabricante prefere abastecer o mercado nacional a partir de um único local. Para minimizar os custos de transporte, elege uma posição espacial que permita contar com uma demanda local grande. Mas a demanda local será grande, precisamente na área onde a maioria dos fabricantes elegem situar-se. Deste modo existe um argumento circular que tende a manter a existência do Cinturão Industrial uma vez que este tenha sido criado (KRUGMAN, 1992, p. 20).

A Nova Geografia Econômica preocupa-se em fornecer fundamentos microeconômicos para explicar as aglomerações econômicas, e é considerada por seus principais autores uma continuação (ou mesmo uma validação) da Ciência Regional de Isard (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002);

b) O Distrito Industrial representa uma “evolução” em relação ao modelo de produção tradicional fordista, pois supõe um aglomerado de pequenas e médias empresas, funcionando de maneira flexível e estreitamente integradas entre si e o ambiente social e cultural, alimentando-se de intensas economias externas formais e informais (PIORE; SABEL, 1984).

Conforme já salientado neste artigo, a noção de Distrito Industrial deriva de Marshall (1982). Mas o conceito foi aprimorado a partir da década de 1970, quando diversos autores se voltaram para o fenômeno do crescimento de pequenas e médias empresas, de variados setores (entre os quais calçados, cerâmica, têxtil, máquinas), que funcionavam num alto nível de coordenação cooperativa, localizadas na região denominada de Terceira Itália (Centro e Nordeste daquele país).

Um Distrito Industrial não é uma concentração voluntária ou planejada. “Pelo contrário, as empresas enraízam-se no território e não é possível conceituar este fenômeno sem ter em conta sua evolução histórica” (BECATTINI, 1994, p. 21);

⁴ Uma síntese da Nova Geografia Econômica é feita por Fujita, Krugman e Venables (2002), e, uma análise crítica desta corrente, por Ruiz (2003).

c) O *Milieu Innovateur* (Ambiente Inovador), de inspiração Schumpeteriana⁵, confere papel determinante e certa autonomia às inovações tecnológicas. Uma região pode estar orientada tanto para as vantagens adquiridas quanto para a renovação ou para a criação de recursos, e as que optam pelas vantagens adquiridas, ou dadas, estarão candidatando-se ao declínio econômico, enquanto as que optam pelas conquistas de novas vantagens estarão mais próximas do sucesso ou da sobrevivência.

Assim, para esta abordagem, a chave para o desenvolvimento encontra-se na “capacidade de os atores de um determinado *milieu*, ou região, compreenderem as transformações que estão ocorrendo em sua volta, no ambiente tecnológico e no mercado, para que eles façam evoluir e possam transformar seu ambiente” (AMARAL FILHO, 2001, p. 275);

d) O *Cluster* é uma espécie de síntese das duas abordagens anteriores, mais abrangente não apenas porque incorpora aspectos destas abordagens, mas porque não fica restrito às pequenas e às médias empresas (AMARAL FILHO, 2001).

Para Michael Porter (1993), principal autor desta abordagem, a competitividade de um país é oriunda da competitividade de empresas localizadas em concentrações geográficas dentro desse território, que compartilham, em grupos, as externalidades positivas decorrentes de economias de aglomeração (SILVA, 2004). Trata-se de uma recuperação do conceito de indústria motriz de Perroux. Assim, não são as nações, mas, sim, os agrupamentos econômicos (*clusters*), localizados nas nações, que efetivamente competem a nível internacional e que determinam a vantagem competitiva dos países. Segundo Amaral Filho (2001, p. 276), “a ideia central é formar uma indústria-chave, ou indústrias-chaves, numa determinada região, transformá-las em líderes de seu mercado, se possível internacionalmente, e fazer dessas indústrias a ponta de lança do desenvolvimento dessa região”.

Para Porter, os determinantes da competitividade são as condições de fatores, de demanda, indústrias correlatas e de apoio, estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, compondo o *diamante competitivo*. Duas variáveis que podem afetar os determinantes da vantagem competitiva são o *acaso* –

⁵ Para uma análise abrangente do pensamento econômico neo-Schumpeteriano, ver Hanusch e Pyka (2007).

acontecimentos fora do controle das empresas (invenções puras, descobertas em tecnologias básicas, guerras, acontecimentos políticos, grandes mudanças na demanda do mercado externo, etc.) – e o *Estado* que, por meio de políticas, pode atuar para melhorar ou piorar a vantagem nacional (SILVA, 2004).

Estudos empíricos relativos a *clusters* em cidades estão disseminados ao redor do mundo; por exemplo, na França, Reino Unido, Áustria, Escandinávia, Nova Zelândia, EUA, Canadá (POTTER; MIRANDA, 2009), Bangladesh, Índia e Sri Lanka (CHOE; ROBERTS, 2011);

e) A abordagem do Capital Social preconiza como fatores de desenvolvimento os valores éticos, a capacidade de associação, o grau de confiança e a consciência cívica dos indivíduos de uma sociedade, constituindo-se num recurso (ou via de acesso a recursos) que, em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem, sendo que esta forma específica de capital se fundamenta nas relações sociais (DURSTON, 2000).

De acordo com Durston (2000), Pierre Bourdieu e James Coleman, no âmbito da Sociologia, foram os primeiros autores a expressar, modernamente, o conceito de capital social de forma detalhada e completa. O economista neoinstitucionalista Douglass North também deve ser considerado um dos inspiradores do conceito, pois, embora trate de *instituições*, quase todo o marco teórico do capital social está presente em seus textos. Segundo North (1990), citado por Durston (2000, p. 8), “las instituciones son “conjuntos de normas y valores que facilitan la confianza entre los actores”.

Mas o autor mais citado no debate recente sobre capital social é Robert Putnam, que realizou estudos empíricos de grande repercussão aplicados à Itália e aos EUA. Em *Comunidade e Democracia*, Putnam (2002) comparou as diferenças de engajamento cívico de comunidades do norte da Itália (com capital social denso desde o século XI, altamente cívico e próspero), com as do sul (“acívico” e pobre), concluindo que, quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo e maior seu avanço econômico.

Segundo ele, os estoques de capital social tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente, sendo que o comportamento cívico muda apenas lentamente, em grande parte porque as normas e valores são reproduzidos no âmbito da família. Ainda, as regras informais permeiam as organizações formais,

alterando seu funcionamento, muitas vezes funcionando contra o desenvolvimento e a democracia, mais notadamente naquelas culturas carentes de capital e de tradição cívica. E, segundo Putnam (2002, p. 192), “para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [...]”⁶;

f) Os termos Indústria Criativa (setores econômicos que têm como base a criatividade humana, tais como arte, cultura, moda, arquitetura, propaganda, *softwares*) e Economia Criativa (que abrange não só aqueles setores, mas também seus impactos nos demais setores), criados durante a década de 1990, evoluíram, nos anos 2000, para o paradigma da Cidade Criativa, definida por Reis (2017, p. 3) “como uma cidade capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas”.

Uma corrente da Cidade Criativa enfoca o potencial econômico do que é produzido criativamente no espaço urbano; outra valoriza a prevalência de um ambiente capaz de gerar, capacitar, atrair e reter talentos que sustentem essa criatividade e seu valor econômico agregado; e uma terceira corrente “vê a essência da cidade criativa na confluência entre capacidade de geração tecnológica, formação de uma mentalidade aberta e tolerante, e atração de talentos” (REIS, 2017, p. 2-3).

A esta última corrente pertence Richard Florida⁷ que, em 2002, publicou *The Rise of the Creative Class*, no qual defendia os “3Ts” do desenvolvimento econômico como a chave para o desenvolvimento econômico das regiões e das cidades. A *Tolerância*, definida como abertura, inclusão e diversidade para todas as etnias, raças e estilos de vida; o *Talento*, definido como aqueles com o mínimo grau de bacharel, e a *Tecnologia*, uma função da concentração de inovação e de alta tecnologia numa região (FLORIDA, 2003). Segundo o autor, a classe criativa

⁶ Durston (2000) discute as principais críticas à abordagem do Capital Social: a) a contradição entre a ideia de que alguns povos carecem historicamente dos elementos de capital social e a proposta de que se pode construí-lo intencionalmente; b) a explicação tautológica do capital social como causa e ao mesmo tempo efeito do desenvolvimento; c) a dificuldade de se medir/quantificar o capital social, por meio de indicadores objetivos.

⁷ Florida (1995) já havia antes proposto o conceito de *Região Inteligente* para caracterizar regiões que funcionam como coletores e repositórias de conhecimentos e ideias, e fornecedoras de ambiente e infraestrutura que facilita os fluxos de conhecimento, ideias e aprendizagem, constituindo territórios privilegiados de interação, aprendizagem e inovação.

(profissionais cuja criatividade é o motor de sua atividade, tais como artistas, cientistas, professores, empresários) é o motor do crescimento e da transformação da economia, e as cidades precisam saber atrair estes talentos.⁸

Em suma, a abordagem de Florida, assim como a dos outros autores vinculados ao desenvolvimento endógeno, aqui mencionados, têm como elemento comum a valorização do *local* como fator de desenvolvimento, distanciando-se das abordagens das teorias do Desenvolvimento Regional.

No Brasil, o prestígio do desenvolvimento endógeno abriu caminho para uma série de políticas, estratégias e experiências práticas voltadas à promoção do desenvolvimento, em regiões e cidades. Algumas destas são:

a) Arranjo Produtivo Local (APL), inspirado no Distrito Industrial e no *Cluster*, que pode ser definido como “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes (CASSIOLATO; LASTRES, 2003);

b) Indicação Geográfica, que implica a obtenção de um selo de Denominação de Origem para os produtos agrícolas ou alimentícios fabricados localmente, objetivando agregar valor à produção local, tornando a região competitiva e articulada com os circuitos de comércio. A Denominação de Origem existe na Europa desde a década de 1970, cujo exemplo maior são os vinhos de Portugal, Espanha, França e Itália. No Brasil, a prática iniciou-se nos anos 2000, com o *Vale dos Vinhedos*, na Serra Gaúcha, produtora de vinhos finos, e o *Café do Cerrado*, em Minas Gerais (CALDAS; CERQUEIRA; PERIN, 2005);

c) Planejamento Estratégico de Cidades, ou Planejamento Estratégico Urbano, definido por Lopes (1998) como um plano de ação, formulado a partir do consenso e do compromisso de atores públicos e privados, definindo projetos tangíveis e intangíveis. “Similar aos ensinamentos das ações estratégicas nas empresas, as cidades são concebidas como atores econômicos que encontram na

⁸ Florida (2003) descreve alguns indicadores desenvolvidos por ele e sua equipe que tentam relacionar tecnologia, talento e tolerância. Por exemplo, o *Melting Pot Index* (índice de imigração ou porcentagem de nascimento de estrangeiros), que mostra existir relação estatística entre regiões onde este índice é mais alto e regiões de alta tecnologia; *Gay Index* (porcentagem de casais gays que residem numa região), forte indicador de concentração de indústrias de alta tecnologia; *Bohemian Index* (porcentagem de determinados profissionais, tais como escritores e músicos, numa região), também correlacionado a regiões baseadas em alta tecnologia, e também um forte indicador do crescimento do emprego e da população de uma região.

lógica do mercado o modelo de planejamento e execução de suas ações” (DURIGUETTO, 2007, p. 5);

d) *City Marketing* que, por meio de conceitos e estratégias de *marketing* semelhantes aos da iniciativa privada, visa a posicionar a cidade frente à “concorrência” com as demais cidades, valorizando sua imagem aos olhos de seus moradores e, especialmente, dos investidores externos (DUARTE; ULTRAMARI; CZAJKOWSKI, 2008).⁹

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITES DAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Determinar as causas do desenvolvimento de um território, isto é, determinar *por que surge(m)* a(s) atividade(s) econômica(s) impulsionadora(s) do crescimento econômico de um território (pressupondo que o crescimento, embora não necessariamente suficiente, é condição necessária para o desenvolvimento, conforme Sachs (2008a)), é tarefa por demais complexa.

As teorias do desenvolvimento regional, conforme apontou Lasuén (1976), apenas descrevem *como* ocorre a transmissão do crescimento sobre toda a economia, por meio dos efeitos dos polos, indústrias motrizes, etc.; mas não explicam *por que* ele surge, embora alguns autores tenham dado importância ao acaso, consubstanciado no *fato histórico fortuito*, de Myrdal (1972).

Já as teorias do desenvolvimento endógeno conseguem explicar *por que surge a atividade econômica* que dará origem ao desenvolvimento (em função de fatores como inovação tecnológica, existência de capital social, etc.); mas não explicam *por que surgem tais fatores*.

Por exemplo, retomando a crítica de Durston (2000) de que a teoria do Capital Social seria uma explicação tautológica e circular (ao mesmo tempo causa e efeito do desenvolvimento), pode-se questionar: é a existência de capital social que torna possível o surgimento de atividades econômicas dinâmicas que impulsionarão o desenvolvimento ou é a existência de atividades econômicas dinâmicas que

⁹ Há uma gama de críticas ao desenvolvimento endógeno e às estratégias de desenvolvimento dele derivadas, encontradas, por exemplo, em Maricato (2011), Arantes (2011), Vainer (2011) e Brandão (2004). Este último autor alerta para o que chama de endogenia exagerada, ou de pensamento único localista. Segundo ele, o desenvolvimento endógeno negligencia a política, os conflitos, as classes sociais, o papel da ação estatal, a Nação, as questões estruturais do país e a própria natureza das hierarquias do capitalismo, para apostar na vontade dos atores sociais, materializada em empreendedorismos, governança local, comitês de desenvolvimento, etc.

estimulam a geração de capital social? Ou então, é a existência de tolerância, talento e tecnologia que determina o crescimento econômico de um território, ou é justamente seu crescimento que atrai uma classe criativa que praticará/desenvolverá a tolerância, o talento e a tecnologia?

Além disso, é complexa a *mensuração/quantificação* do grau de importância destes fatores para o surgimento das atividades econômicas dinâmicas. Por exemplo, como mensurar quanto do crescimento de um território pode ser atribuído ao seu estoque de capital social?

Uma ilustração desta dificuldade é a defesa do desenvolvimento endógeno feita por Vázquez Barquero (2001). O autor afirma que inovações e conhecimento, organização flexível do sistema produtivo, desenvolvimento urbano (em termos de infraestrutura e meio ambiente) e instituições adequadas são fatores que contribuem para a acumulação de capital, base para o desenvolvimento. Mas, segundo ele, é a atuação *conjunta* destes fatores, criando sinergias mútuas, que resultará no que denominou de *fator H*, este sim a condição para a acumulação. “Observa-se que todos e cada um dos fatores que determinam a acumulação de capital atuam como elementos dinamizadores ou limitadores dos processos de desenvolvimento, conforme o fator de eficiência H contribua ou coloque obstáculos aos processos de mudança” (VÁZQUEZ BARQUERO, 2011, p. 31). Dessa forma, para o autor, *tudo* determina o desenvolvimento!

Assim, são três os problemas centrais com os quais se deparam as teorias do desenvolvimento:

a) Isolar os fatores que se consideram a causa do fenômeno que se estuda (o surgimento de uma atividade econômica dinâmica, por exemplo) dos demais fatores que também podem estar afetando tal fenômeno.

Há muitas cidades brasileiras que cresceram (e “desenvolveram-se”) em função de fatores ditos externos, exógenos, tais como a instalação de grandes empresas ou de projetos governamentais. Dois exemplos: Mogi-Guaçu, município com sede urbana modesta e de matriz tecnológica arcaica até os anos 50, a partir da instalação de duas grandes unidades produtivas controladas por multinacionais, já era, em 1970, um dos municípios mais industrializados do Estado (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009); São José dos Campos, até a década de 1940, conhecida como cidade sanatorial (baseada em serviços hospitalares para doenças pulmonares), foi

escolhida pelo governo federal para abrigar o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), inaugurado em 1951, fato que impulsionou a indústria local e transformou a cidade num complexo tecnológico-industrial-aeroespacial (SOUZA; COSTA, 2009).

Nestes casos, a causa da *decolagem* da cidade parece estar bem definida: a chegada da(s) empresa(s). Mas as instituições, o capital social, o nível educacional ou mesmo as atividades econômicas locais preexistentes não poderiam ter contribuído, em maior ou menor grau, para a decisão de se instalar a empresa naquele local, ou mesmo para que a instalação fosse bem-sucedida ao longo do tempo?

Milton Santos (2006) e Bryant (2006), citado por Villela (2009), sintetizam bem a complexidade da determinação dos fatores causais do fenômeno do desenvolvimento:

Falando sobre sucessões e coexistências no tempo e no espaço, Santos (2006, p. 106-7) disse:

Isso o evento deve exatamente à preeminência dos seus dois níveis de existência: o global e o local. Ainda com Whitehead (1938, p. 225) aprendemos que "nenhum acontecimento pode ser sozinho, nem completamente, a causa de outro evento (... no event can be wholly and solely the cause of another event)".

Um evento é a causa do outro, mas o faz pela via do universo, com a intermediação da totalidade, conforme à totalidade. Isto tanto se dá com os grandes fatores de mudança global, como em níveis inferiores e em episódios banais. Uma modificação em um quarteirão afeta outros e não só os vizinhos. Melhorar o trânsito em uma área repercute em outras positivamente ou negativamente caso não sejam alterados o traçado das vias ou a estrutura do movimento. Criar um sinal luminoso em um cruzamento repercute quilômetros mais longe.

[...]

Segundo a admirável expressão de Leslie Paul (1961, p. 125), o evento é "uma gota de existência" e "repete no microcosmo o que o universo é no macrocosmo". Daí a lição de G. Simmel (1980, p. 131), para quem somente a totalidade dos eventos permite entender um evento individual. Os eventos são individuais, mas não há eventos isolados. Eles são inter-relacionados e interdependentes e é nessas condições que participam de situações. Na realidade, somente há situações porque os eventos se sucedem, ao mesmo tempo em que se superpõem e interdependem.

Criticando os revisionistas da História Econômica que afirmam que antes da Revolução Industrial inglesa as regiões mais avançadas da China e da Europa Ocidental caminhavam numa mesma trajetória de desenvolvimento e que esta só veio a divergir (iniciando-se o domínio do Ocidente sobre o resto do mundo) em função de "acidentes" geográficos/geológicos (por exemplo, disponibilidade de

carvão), Bryant (2006), citado por Villela (2009, p. 147), afirma que, na História, não existe criação a partir do nada, “mas sim relações de causalidade entre o passado e o presente, de tal forma que mesmo as transformações mais revolucionárias envolvem ‘re-fazer’ ou ‘ir além’ de algo preexistente, ou seja, têm por base recursos e oportunidades que se vinham acumulando no passado”. Ainda segundo Bryant (2008), citado por Villela (2009, p. 147), “todo o passado molda ou condiciona o presente que surge, e toda contingência exógena cruza com processos causais endógenos e arranjos estruturais existentes”;

b) Determinar a direção da causalidade do desenvolvimento (o quê determina o quê).

Por exemplo, numa análise englobando quase todos os municípios paulistas para o ano de 2000, Pavarina (2003) mostrou que existe relação estatística positiva entre indicadores de capital social e crescimento e entre capital social e desenvolvimento (medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM). Porém, a própria autora afirma que não se pode dizer que é o capital social quem determina o crescimento ou o desenvolvimento, mas apenas que eles têm ligação entre si.

Esta dificuldade de determinação da direção da causalidade pode ser também ilustrada pela crítica de Hobson (2004) ao vício de origem de alguns autores, entre os quais Landes (1998), em suas explicações para a ascensão do Ocidente sobre o resto do mundo.

Partindo do fato de que o Ocidente foi pioneiro na Revolução Industrial e dominou o restante do mundo nos séculos XIX e XX, estes autores buscariam características supostamente intrínsecas à cultura ocidental que “explicassem” este pioneirismo. “Não encontrando, nas sociedades orientais, muitos destes traços, tais autores acreditariam estar *demonstrando* serem estas as razões para a ascensão do Ocidente (e, simetricamente, a não ascensão do Oriente) quando, para Hobson, estariam, meramente, incorrendo na armadilha da teleologia, ao escrever a História de frente para trás” (VILLELA, 2009, p. 135);

c) Entender o processo de transmissão do crescimento econômico para o desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, a evolução do conceito de desenvolvimento caminhou do paradigma econômico (baseado no crescimento do PIB), para

paradigmas baseados no social, humano e sustentável. No entanto, as teorias do desenvolvimento, desde as clássicas até às recentes, ao tentar explicar por que ele ocorre, acabam ocupando-se, na realidade, em entender como o *crescimento econômico* ocorre, sem se preocupar como se dá a transposição do crescimento econômico para a expansão do bem-estar material e social da sociedade como um todo. Ou seja, implicitamente, entendem que o crescimento da economia deverá, naturalmente, transformar-se em desenvolvimento.

Mas o crescimento econômico, embora condição necessária, não é suficiente para o desenvolvimento. Há uma vastidão de estudos que mostram cidades cuja prosperidade econômica trouxe o chamado desenvolvimento, mas também problemas sociais, urbanos e ambientais. Alguns exemplos brasileiros são Americana, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste (TERCI, 2009), Ribeirão Preto (FERNANDES, 2004), Uberlândia (VIEIRA, 2009), São José do Rio Preto, Presidente Prudente (MELAZZO, 2006; VIEIRA, 2009), Araçatuba, Bauru, Marília (MELAZZO, 2006), Londrina (DORES, 2005), Camaçari (SOUZA, 2006), Blumenau (SAMAGAIA, 2010).

Para concluir este artigo, são feitas duas breves referências, que levam praticamente ao limite a ideia da impossibilidade de uma teoria do desenvolvimento (qualquer que seja sua escala territorial) capaz de explicar tal fenômeno:

Num debate entre Douglass North e Joseph Stiglitz (dois laureados com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel), ocorrido no Brasil, em 2006, North afirmou que os economistas nem sequer conseguiram descobrir como o desenvolvimento acontece. E disse ainda: “O que nós aprendemos sobre desenvolvimento? Nada”. “Nós não temos um corpo de teoria econômica para entender completamente o desenvolvimento” (BILLI, 2006).

Clark (2000), autor da revolução industrial inglesa, numa discussão sobre por que ela ocorreu na Inglaterra, e não em outro país, concluiu:

Enquanto isso faz a Revolução Industrial previsível uma vez que chegamos à economia britânica de 1760, de certa forma apenas se empurra a aleatoriedade de volta para um período anterior. Por que a Grã-Bretanha evoluiu para ser uma economia de pessoas que amavam a inovação e a celebraram em 1760? *Ninguém sabe* (CLARK, 2000, p. 18, grifo nosso).¹⁰

¹⁰ While this makes the Industrial revolution predictable once we get to the British economy in 1760, in some ways it just pushes the randomness back to an earlier period. Why did Britain evolve to be an economy of people who loved innovation and celebrated it in 1760? No one knows.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Disritmia Espaço-Tempo: análise das estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora (MG), pós anos 70. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA ZONA DA MATA MINEIRA, 1., 2005, Juiz de Fora, MG. **Anais...** Juiz de Fora, MG, 2005. 1 CD-ROM.

BECATTINI, Giacomo. O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica. In: BENKO, Georges; LIPIETS, Alain (Org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 7-12, mar. 2001.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (Org.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BILLI, Marcelo. Desenvolvimento vira divergência entre Prêmios Nobel. **Folha de São Paulo**, 1 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0104200614.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. Os enigmas do processo de desenvolvimento de uma região. In: DALLABRIDA, Valdir Roque. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 6 out. 2016.

CALDAS, Alcides dos Santos; CERQUEIRA, Patrícia da Silva; PERIN, Teresinha de Fátima. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 7, n. 11, p. 5-16, jan. 2005.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. São Paulo: Relumé Dumará, 2003.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos**, n. 45. São Paulo: CEBRAP, p. 152-166, jul. 1996.

CHOE, Kyeongae; ROBERTS, Brian. **Competitive cities in the 21st century**: Cluster-based local economic development. Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank, 2011.

CLARK, G. **What caused the industrial revolution?** Winter, 2000.

DORES, Júlia Luciana Pereira das. **Exclusão social, políticas públicas e representações sociais na cidade de Londrina-PR**: um olhar sobre o assentamento urbano Jardim Maracaná. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2005.

DUARTE, Fábio; ULTRAMARI, Clóvis; CZAJKOWSKI, Sérgio. A cidade e o mercado: enfim, a gestão urbana negociada. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 10, n. 17, p. 36-42, jan. 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A lógica mercantil do planejamento estratégico de cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, 2007. v. 1.

DURSTON, John. **Qué es el capital social comunitario?** Santiago de Chile: CEPAL, 2000. (Serie Políticas Sociales, 38).

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Cláudio Tadeu Cardoso. **Impactos socioambientais de grandes barragens e desenvolvimento**: a percepção dos atores locais sobre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa. 2010. 427f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2010.

FERNANDES, Maria Esther (Coord.). **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na "Califórnia Brasileira". São Paulo: Annablume; FAPESP; Ribeirão Preto: UNAERP, 2004.

FLORIDA, Richard. Cities and the creative class. **City & Community**, v. 2, n. 1, p. 3-19, mar. 2003.

_____. Toward the learning region. **Futures**, v. 27, n. 5, p. 527-536, 1995.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial**. São Paulo: Futura, 2002.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Nacional, 1980.

HANUSCH, Horst; PYKA, Andreas (Ed.). **Elgar Companion to Neo-Schumpeterian Economics**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar, 2007.

HOBSON, John. M. **The Eastern Origins of Western Civilization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Disponível em: <http://dliia.ir/Scientific/e_book/Auxiliary_Sciences_Of_History/History_of_Civilization/CB_195_281_Civilization_Race_/000852.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

JESUS, Josias Alves de; SPINOLA, Noelio Dantaslé. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 32, p. 935-952, dez. 2015.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações**: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LANE, Theodore. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

KENNEDY, Paul E. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

KRUGMAN, Paul. **Geografia y comercio**. Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

LASUÉN, José Ramón. **Ensayos sobre economia regional y urbana**. Barcelona: Ariel, 1976.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional**: o planejamento estratégico de cidades. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MCNEILL, William H. **The rise of the West**: a history of the human community. Chicago: University of Chicago Press, 1963.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio**: a agenda das políticas públicas em disputa. 2006. 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2006.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NORTH, Douglass. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ CETREDE-MINTER, 1977.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert Paul. **The rise of the western world**: a new economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

PAVARINA, Paula Regina de Jesus Pinsetta. **Desenvolvimento, crescimento e o capital social do Estado de São Paulo**. 2003. 181f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIRES, Élon Luciano Silva; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Adriana Renata. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional**: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

PORTER, Michael. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POTTER, Jonathan; MIRANDA, Gabriela (Ed.). **Clusters, innovation and entrepreneurship**. Paris: OECD, 2009. Disponível em: <http://www.clusterpolisees3.eu/ClusterpoliSEEPortal/resources/cms/documents/2009_OECD_Clusters_Innovation_and_Entrepreneurship.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2017.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 1.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana**. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/cidadescriativas/ana-carla-fonseca-cidades-criativas.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RUIZ, Ricardo Machado. **A nova geografia econômica**: um barco com a lanterna na popa? Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Texto para Discussão, n. 200).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAMAGAIA, Jacqueline. **Globalização e cidade**: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau/SC. 2010. 263f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia. **Indústria e território em São Paulo**: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005. Campinas: Alínea, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em *cluster*. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Adriana Aparecida Moreira de; COSTA, Wanderley Messias da. Atividades industriais no interior do Estado de São Paulo: uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-aeroespacial de São José dos Campos. **Interface**, v. 6, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2009.

SOUZA, José Gileá de. **Camaçari, as duas faces da moeda**: crescimento econômico x desenvolvimento social. 2006. 235f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano)–Universidade Salvador, Salvador-BA, 2006.

SUNKEL, Osvaldo. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp; Edusp, 2001.

TERCI, Eliana T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Bárbara d'Oeste. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-69, jan./jun. 2009.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1990**. Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VALE, Mario. Globalização e competitividade das cidades: uma crítica teórica na perspectiva da política urbana. **Geophilia**: uma Geografia dos Sentidos, Lisboa, p. 465-474, 2007.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

VEENHOVEN, Ruut. The four qualities of life. **Journal of happiness Studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2009.

VILLELA, André Arruda. As origens da grande divergência: uma sistematização do debate acerca da ascensão do Ocidente. **História Econômica & História de Empresas**, v. 12, n. 2, p. 129-167, jul./dez. 2009.

VITTE, Claudete de Castro Silva et al. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. In: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula (Org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.